

Memória de Reunião
Grupo de Trabalho Comunicação - 2a. reunião
PDUI - RMSP

Data: 22/01/2015

Participantes: consultar lista de presença

Pauta: 2ª. Reunião do GT Comunicação

Principais pontos da discussão:

A. Esclarecimentos Gerais

1. Esclarecimentos sobre a diferença entre distribuição de material: compartilhamento e publicação. O compartilhamento será pelo Google Drive.
2. Depois de consolidados, todos os materiais vão para a plataforma e ficam arquivados em "Documentos"(assinados pelo PDUI) ou "Biblioteca".
3. Em "Biblioteca" podem estar arquivados qualquer material de apoio: apresentações, cartilha, Planos Diretores, etc.
4. Os documentos propriamente ditos devem ser separados dos arquivos pertinentes à Biblioteca. Lembrar da documentação do processo para entrega ao Ministério Público. Esta não precisa estar no site, por enquanto.
5. Esses procedimentos nos levam a criar uma cultura de acesso e compartilhamento dos dados metropolitanos. Tanto na Plataforma quanto nos sites das Prefeituras deverão existir links para todos os sites relevantes sobre o Plano.

B. Avaliação do andamento dos trabalhos dos GTs depois da 1ª. Rodada.

1. Pergunta-se se o GT de Comunicação poderá andar sozinho, fazer pauta e respectivas convocações. Parece que sim, mas existe problemas de representação; nem todos os municípios estão representados. As reuniões sub-regionais devem resolver isto. Os GTs convocados para o espaço físico da Emplasa, presenciais, são os GTs que podemos chamar de Centrais. As propostas trabalhadas nas sub-regiões virão para discussão nesse Grupo.
2. O cronograma de trabalho está bem apertado. O 1º. Caderno de propostas deve estar pronto para a 1ª. reunião Regional, conforme a proposta apresentada pela PM de São Paulo. Temos 9 reuniões até lá. São 18 horas e é muito pouco. Portanto, a idéia é: incentivar a organização desses grupos sub-regionais e definir muito bem o objetivo dos GTs. No 1º.

momento o GT deve coletar propostas. A 1ª. Sistematização dessas propostas fica a cargo da equipe técnica da Emplasa.

3. O fluxo dos trabalhos, em função do tempo, não permite que se discuta conteúdo nos GTs. Entretanto, não há impedimento para isto.

4. A PMSP discutiu a dinâmica do fluxo de informação e consolidação do PDUI e apresenta uma proposta. Cabe fomentar a elaboração de propostas nas diversas secretarias e municípios. Depois de elaboradas e discutidas nesses foros, as propostas são encaminhadas ao GT.

5. A seleção de propostas passa por um primeiro critério: É uma proposta que deve ser inserida no PDUI, dado seu escopo? Quais os critérios de seleção e hierarquização? Foi dito que mais do que um mediador, é necessário que as propostas sejam sistematizadas para que retornem ao GT.

6. Questão de competência de decisão: os GTs não têm autoridade para decidir. Apenas a Comissão Técnica que tem a visão do todo.

7. Comentários no sentido de que deverá haver uma capacidade de síntese no caso da sistematização. O coordenador do GT pode fazer isto? Teria que ter tempo integral. O volume de trabalho é considerável.

8. Se a ficha vier pouco preenchida, não significa que a proposta esteja invalidada. Nesses casos, as equipes da Emplasa devem trabalhar as propostas incompletas e devolver para o GT.

9. Não é bom criar mais instâncias de decisão. Os GTs já foram criados, apesar da Comissão Técnica, mas seu papel é diferente. O GT pode desenvolver propostas e avaliar aquelas que chegam. O formato dos GTs pode ser alterado? Se pulverizarmos mais as discussões, melhora a performance? Os GTs discutem mais profundamente as propostas e não é conveniente, no formato atual, sua exclusão. A CT não dá conta de todas as atribuições e ainda, discussões técnicas sobre inúmeras propostas. Portanto, esses GTs centrais, presenciais, são fundamentais. A participação nos GTs é aberta e sua agenda será publicada.

10. Resumindo as discussões acima: discutiu-se os objetivos dos GTs, os fluxos de informação, apresentação das equipes da Emplasa, a coleta de propostas, seu debate e posterior encaminhamento à CT.

11. A PM de Ferraz falou sobre os encaminhamentos internos. Instituiu Grupos de Trabalho internos na PM. esse grupos devem preencher propostas setoriais. Um aspecto importante, abordado por mais de um participante é que não estão havendo agendas sub-regionais. Os GTs centrais são abertos. Sua agenda estará publicada.

12. Por fim, observou-se que pode fazer com que a informação circule mais, propicie maior participação. A Emplasa, como coordenadora do processo, no início dos trabalhos, fez reuniões regionais e distribuiu material. No Conselho de Desenvolvimento isto foi discutido e se incentivou a participação.

GT de Participação

Decidiu-se que doravante as discussões desse GT de Participação Social e o de Comunicação caminham juntos.

1. Observado que este GT (de participação) terá uma dinâmica diferente dos outros.
2. Apresentado o fluxograma por parte da PMSP (ver anexo).

Observando o Fluxograma: A 1a. etapa é a de mobilização e será composta de reuniões com conselhos setoriais . Serão 39 reuniões.

3. Diferenciar o que é material de subsídio e de suporte (comunicação). O foco é mobilizar. Chamando a sociedade para discutir e dizendo das entradas existentes.
4. Nas audiências temos que ouvir e nossa exposição deve permitir alguma participação. Precisamos dizer o que vai ser discutido, o formato, o processo de participação, etc.
5. Em termos de conteúdo, o que vamos levar para audiência? Quais os eixos centrais, quais as questões metropolitanas? Temos que registrar todas as sugestões e trazer para os GTs. Precisamos legitimar as audiências? Elas inauguram o processo.
6. 2a. etapa consultiva regional ou sub regional. É necessária uma audiência por município. O processo de dialogo com a sociedade precisa ser extenso. Garantir que os Conselhos setoriais possam discutir e nesses foros podemos apresentar o Caderno de Propostas. Participam pessoas indicadas pelo executivo, pessoas ligadas aos Consults e Consórcios. O Fórum é regional e não se constitui como outra instância de decisão. É uma instância onde há, sim, um grupo de pessoas aptas a discutir.
7. A proposta da PMSP sugere que se trave a composição, em termos de número de participantes de cada entidade, ou seja, deve haver tal composição de sorte a garantir a participação e representatividade dos vários segmentos. Todas essas representações se transformam na instância deliberativa que é o Fórum Metropolitano.
8. Como referência de conselho, podemos observar a estrutura do Concidades. Ela trata de representação de movimentos organizados.
9. O primeiro representante é o Poder Executivo. O segundo são os movimentos sociais. Depois, abaixo, empresarios por suas entidades representativas e empregados pelo seus sindicatos. Vêm, em seguida, a universidade, as entidades de pesquisa e a representação de órgãos de classe. Por fim, ONGs.
10. A indicação é sempre coletiva. Os indivíduos não articulados ao coletivo (professores, profissionais, etc), precisam ter garantido seu espaço. Na audiência pública abre-se o debate para além do coletivo. As audiências públicas podem indicar esses indivíduos. Haverá também a representação do coletivo. Esses indivíduos vão compor o fórum regional.
11. Dos fóruns regionais, elege-se os representantes que vão participar da audiência pública regional. O caderno de propostas também será encaminhado para o forum regional. Dos componentes do fórum regional, eleger-se-á determinado número de pessoas que formarão a instância deliberativa, o fórum metropolitano.

Questões a serem discutidas:

1. O número de pessoas que representam cada segmento ainda não está claro.
2. O fórum regional é um ambiente virtual?
3. Os participantes vão se compondo e marcam presença nas audiências públicas?

4. As audiências públicas são feitas pelo Poder Executivo, portanto, não pode haver co-responsabilidade.
5. O espaço de participação, além da plataforma virtual, é presencial. Para se criar esse espaço de participação, a proposta é a criação de um fórum metropolitano que será a soma da audiência pública + comitê executivo. Essa instância é deliberativa.

(Ver o fluxograma apresentado pela Núria)

6. caso uma sub-região não faça um fórum metropolitano, os Consult poderão fazer esse papel. A depender da região, a organização é diferente e não necessariamente seria um fórum ou uma única audiência pública. Será que temos espaços para encaixar uma segunda audiência pública, ou melhor, duas regiões regionais e mais uma audiência? E as audiências por demanda? Pode acontecer de haver necessidade de mais audiências a pedido de órgãos de classe como CRAU, CREA, OAB, por ex.
7. Diálogos sociais é como são chamados pela PMSP as audiências com a OAB, por ex. Com os empresários do Alto Tietê. Todos esses diálogos são registrados e vão para as audiências, passando pelo fórum regional.
8. O fórum pode ser fundido com a audiência pública. Uma atividade só. As datas tem que ser antecipadamente publicadas. Há que se conversar com os Prefeitos. Precisamos de espaço, convocação, etc.
9. A proporcionalidade do fórum tem que ser discutida.

Cristina apresentou uma proposta de processo que pode ser resumida da seguinte forma:

1. Três coordenadores: Chucre, Carolina e Marcelo. Cada coordenador se responsabiliza por duas sub regiões. Responsabiliza-se junto aos seus prefeitos para se fazer as audiências nos meses de Março e Abril.
2. Poderia ser feita uma oficina (igual ao fórum regional). Fazer com que os membros eleitos de cada sub região sejam capacitados e qualificados para a discussão. Pode se dar na mesma data do fórum. Uma segunda reunião já seria a audiência pública já convocada para expor as propostas e ouvir a sociedade. Depois, tudo sistematizado, volta aos GTs e CT.
3. Os membros da CT podem ser os coordenadores das sub-regiões. Os consórcios têm muito interesse nesse debate e as oficinas são super mobilizadoras. Nem todos os Prefeitos estão participando do Comitê.
4. O primeiro caderno de propostas deve estar pronto até começo de abril. As oficinas de capacitação seriam feitas no mesmo dia. Esse calendário deve ser feito já.
5. Usar a referência de proporcionalidade da Conferência das Cidades. Apenas como parâmetro.
6. O Comitê de Bacias pede uma representação mais institucionalizada e, na próxima terça, virão várias pessoas da Secretaria do Meio Ambiente. Eles vão estar em todos os grupos técnicos.
7. Por fim, qual é o papel do fórum? O que seria em termos quantitativos? O formato já é consenso. A Comissão Técnica deve decidir sobre a participação no Comitê Executivo. Isso é super importante quando se trata de Conselho Deliberativo. Quem toma decisão tem que ser responsabilizado e, portanto, não dá para ser um processo aleatório. Isso é uma questão de governança, mas não pode ser decidida ao final do processo. Essas decisões têm que estar claras desde logo.

Produtos e Materiais

Proposta de material apresentada por Pepito:

Passos de Comunicação

classificação: Urgentíssimo

1. Definição do ícone : Obs. Enviar TR da agência responsável por sua elaboração para saber o que implica uma mudança.

2. Logomarcas que assinam o PDUI e sua ordem de importância.

3. Composição de peças de campanha:

Físicas:

Flyer para panfletagem formato A5

Cartaz, formato ...

Banner 0,80x 1,60 cm

Faixas, de que tipo?

Folheto

Cartilha

Outro tipo de material de apoio

4. Produção e Distribuição

Produção

Quem vai produzir o material produzido e quem paga?

4.1. Necessário estimar as quantidades de cada peça gerada.

4.2. Mobilização: assessoria de imprensa, vídeo, banner (39), faixas (39), pp, folder (15 mil?) e caderno de propostas impresso (?) (o 1º. Produto pronto final de março), outros subsídios para as temáticas. Pode-se pedir ajuda das Secretarias Estaduais?

Para a instância deliberativa, será necessário o 2º. Caderno.